



Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon
Estado do Paraná

ATA E PARECER CONJUNTO
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
16 de dezembro de 2024

Os Vereadores que abaixo subscrevem, membros da Comissão Permanente de Justiça e Redação e de Finanças Orçamento e Fiscalização, em cumprimento aos preceitos legais, passaram a analisar, de forma conjunta os **Projetos de Leis nº 51/2024 a 55/2024, todos do Executivo Municipal.**

De forma excepcional e considerando a urgência na matéria em razão do decurso da legislatura, se reuniram no intervalo da sessão ordinária os vereadores integrantes das respectivas comissões para deliberar sobre a matéria.

A Mensagem e Exposição de Motivos nº 57/2024, assinada pelo Prefeito, justifica a proposta apresentada pela necessidade de edificação da nova sede do Ministério Público Estadual. Vale ressaltar que a presente doação é destinada a própria administração pública, logo, se aprovada a matéria o bem continuará a preservar tal característica.

Quanto à necessidade, as justificativas que embasa a matéria é o fato da integração em um única estrutura e próxima ao atual Fórum desta Comarca, sendo necessária para que referido órgão desempenhe seu mister.

A matéria não demanda maiores desdobramentos e, embora não conste no processo legislativo, é presumível que referida área não fará falta aos anseios desta municipalidade.

Quanto aos demais projetos, são justificados frente a necessidade de efetuar o alargamento da Rua Santa Catarina, logo, necessário para a ampliação do sistema viário.

Enaltece ainda a Mensagem e Exposição de Motivos nº 60/2024 que tal sistema viário já é reivindicação antiga dos moradores da localidade.

Quanto as doações, interessante considerar as decisões judiciais quanto a matéria:

MANDADO DE SEGURANÇA - PARCELAMENTO DO SOLO - DESMEMBRAMENTO - PLANO DIRETOR DE CHAPECÓ - EXIGÊNCIA DE DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE 15% DA ÁREA A SER DESMEMBRADA OU VALOR CORRESPONDENTE EM DINHEIRO - REQUISITO QUE NÃO TEM AMPARO NA EXCEÇÃO PREVISTA NA LEI FEDERAL 6.766/79 - CRIAÇÃO DE FIGURA ANÔMALA DE EXPROPRIAÇÃO - INCONSTITUCIONALIDADE DE LEIS SEMELHANTES JÁ DECLARADAS POR ESTE TRIBUNAL - SENTENÇA DE CONCESSÃO DA ORDEM MANTIDA. 1. As disposições legais relativas ao loteamento são extensíveis aos casos de desmembramento apenas no



Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon

Estado do Paraná

que couberem (art. 11, caput, da Lei Federal 6.766/79), sendo possível possível afastar exigência daquele procedimento de parcelamento do solo que não tenha razão de ser neste. 2. A doação de áreas públicas nos casos de loteamento é necessária para que ali seja instalada malha viária e implantados equipamentos públicos urbanos, comunitários e áreas verdes, que passarão a ser necessários para melhor ordenação urbana dos espaços que serão por ele criados e ocupados. Tal exigência, porém, não se justifica no caso de desmembramento - que não acarreta a abertura de novas vias públicas, seu prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes -, uma vez que a subdivisão da gleba em lotes não repercutirá na infraestrutura urbana já existente, inexistindo sentido em exigir reserva de espaço para destinação pública. Por tal razão, os arts. 10 e 11 da Lei Federal 6.766/79 não preveem a destinação de áreas ao uso público como requisito necessário à aprovação do desmembramento. A ressalva do p. único do art. 11 se aplica apenas quando se tratar de divisão de lotes oriundos de loteamento anterior, cuja destinação da área pública tenha sido inferior à mínima prevista em lei. 3. Aqui, o requisito para aprovação do desmembramento não está vinculado à falta de estrutura pública anterior. A doação de 15% da área está sendo exigida em todo e qualquer parcelamento de gleba superior a 6.000 m² - facultando-se inclusive a substituição por pecúnia - art. 230, [...] (TJ-SC - APL: 50210061220228240018, Relator: Hélio do Valle Pereira, Data de Julgamento: 04/07/2023, Quinta Câmara de Direito Público)

Sendo assim, e após analisar os aspectos legal, gramatical e lógico, os Vereadores destas Comissões Permanentes manifestam-se, por UNANIMIDADE DE VOTOS, **FAVORÁVEIS** aos referidos Projetos de Lei, vale enaltecer o caráter excepcional de sua tramitação em razão do encerramento da legislatura. É O PARECER. Plenário Ariovaldo Luiz Bier, em 16 de dezembro de 2024.

CRISTIANO LUIS METZNER "O SUKO"
Presidente

CARLINHOS SILVA
Relator

JOÃO EDUARDO DOS SANTOS "JUCA"
Membro

DIONIR LUIZ BRIESCH
Presidente

PEDRO RAUBER
Relator